

Relatório

Censo: Trabalho e Rendimento no Piauí



CENTRO DE INTELIGÊNCIA
EM ECONOMIA E ESTRATÉGIA
TERRITORIAL

SECRETARIA
DO PLANEJAMENTO
SEPLAN



Governo do Estado do Piauí

Rafael Tajra Fonteles

Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN)

Washington Luís de Sousa Bonfim

Centro de Inteligência em Economia e Estratégia Territorial (CIET)

Cíntia Bartz Machado

Diretoria de Economia Aplicada e Estatística (DEAE)

Diarlison Lucas Silva da Costa

Gerência de Economia Aplicada (GEEA)

Renata de Lacerda Antunes Borges Lopes

Gerência de Inteligência de Dados (GEID)

Matheus Girola Macedo Barbosa

Equipe de Elaboração

Matheus Girola Macedo Barbosa

Renata de Lacerda Antunes Borges Lopes

Revisão

Luciana Maura Sales de Sousa

Teresa Cristina Moura Araújo Nunes

Normalização

Adriana Melo Lima

Capa e Diagramação

Marcos Matheus Pereira Barbosa

Weslley da Silva Sousa

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Adriana Melo Lima CRB-13/842

Censo: trabalho e rendimento no Piauí [recurso eletrônico] / CIET/SEPLAN – Teresina: CIET/SEPLAN, 2025.

23 p. (Relatório)

1. Mercado de trabalho – Piauí.
 2. Indicadores de renda.
 3. Emprego formal.
 4. Índice Gini.
- I. Título.

CDU 331.106:349.22(812.2)

Contato

Centro de Inteligência em Economia e Estratégia Territorial - CIET/SEPLAN

BIBLIOTECA PÁDUA RAMOS

Av. Miguel Rosa, 3190/Centro Sul

CEP: 64001-490 – Teresina – PI

Telefone: 0xx86 3221-4809, 3215-4252 – Ramal 21/22

Sítio: www.seplan.pi.gov.br/cepro/publicacoes



SECRETARIA
DO PLANEJAMENTO
SEPLAN



RESUMO

O relatório apresenta uma análise detalhada dos dados de trabalho e rendimento disponibilizados pelo Censo Demográfico de 2022 para o Piauí, comparando-os com as médias do Nordeste e do Brasil. Os resultados evidenciam avanços relevantes em indicadores de renda, redução da desigualdade e inserção no mercado de trabalho, embora persistam desafios estruturais relacionados à baixa escolaridade, desigualdade de gênero e disparidades territoriais. O Piauí apresenta 46,47% de pessoas inseridas no mercado de trabalho e redução do índice de Gini entre 2000 e 2022 (-17,65%), indicando melhoria na distribuição de renda. Os rendimentos cresceram significativamente nas duas últimas décadas, com destaque para o aumento no rendimento médio das pessoas com 10 anos ou mais. Entretanto, a desigualdade de gênero e raça permanece evidente, e o emprego formal ainda é concentrado em poucos municípios e setores.

Palavras-chave: trabalho – Piauí, indicadores de renda, emprego formal, Índice de Gini.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 TRABALHO	5
3 RENDIMENTO	13
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS	24

1 INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como objetivo analisar os principais resultados do Censo Demográfico de 2022 referentes à estrutura do mercado de trabalho e níveis de renda no Piauí, em comparação com o Nordeste e o Brasil. O estudo examina as dimensões da força de trabalho, os níveis de ocupação e desocupação, os diferenciais de rendimento e as disparidades regionais, de gênero, raça e instrução.

A análise busca compreender as transformações socioeconômicas ocorridas nas últimas décadas, destacando avanços e desafios para o desenvolvimento do Estado. Os dados foram obtidos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base no Censo 2022, e oferecem um panorama atualizado sobre a realidade socioeconômica piauiense.

2 TRABALHO

A situação da população em relação ao mercado de trabalho está dividida em pessoas na força de trabalho – incluídas aquelas que estavam ocupadas ou desocupadas, estas que procuraram emprego em até 2 semanas antes da pesquisa – e por pessoas fora da força de trabalho.

Os resultados do Censo mostram que o Piauí tem uma proporção de 46,47% pessoas da sua população inserida no mercado de trabalho, uma porcentagem menor tanto em comparação com o nível nacional (56,74%) quanto o regional (49,42%) (Tabela 1). Levando em consideração a população inserida no mercado de trabalho, o Piauí registra uma taxa de desocupados de 3,59%, maior que o nível nacional (3,22%), porém menor que a regional (3,88%).

Tabela 1 – Proporção de pessoas por situação em relação ao mercado de trabalho – Brasil, Nordeste e Piauí (2022)

UF	Força de trabalho			Fora da força de trabalho
	Total	Ocupada	Desocupada	
Brasil	56,74	53,53	3,22	43,26
Nordeste	49,42	45,55	3,88	50,58
Piauí	46,57	42,98	3,59	53,43

Fonte: Censo Demográfico (2022).

Em comparação com todos os estados do país, em 2022 o Piauí registrou a menor proporção de pessoas inseridas no mercado de trabalho no país, sendo o Maranhão o penúltimo menor (46,95%) e Santa Catarina o maior (65,08%).

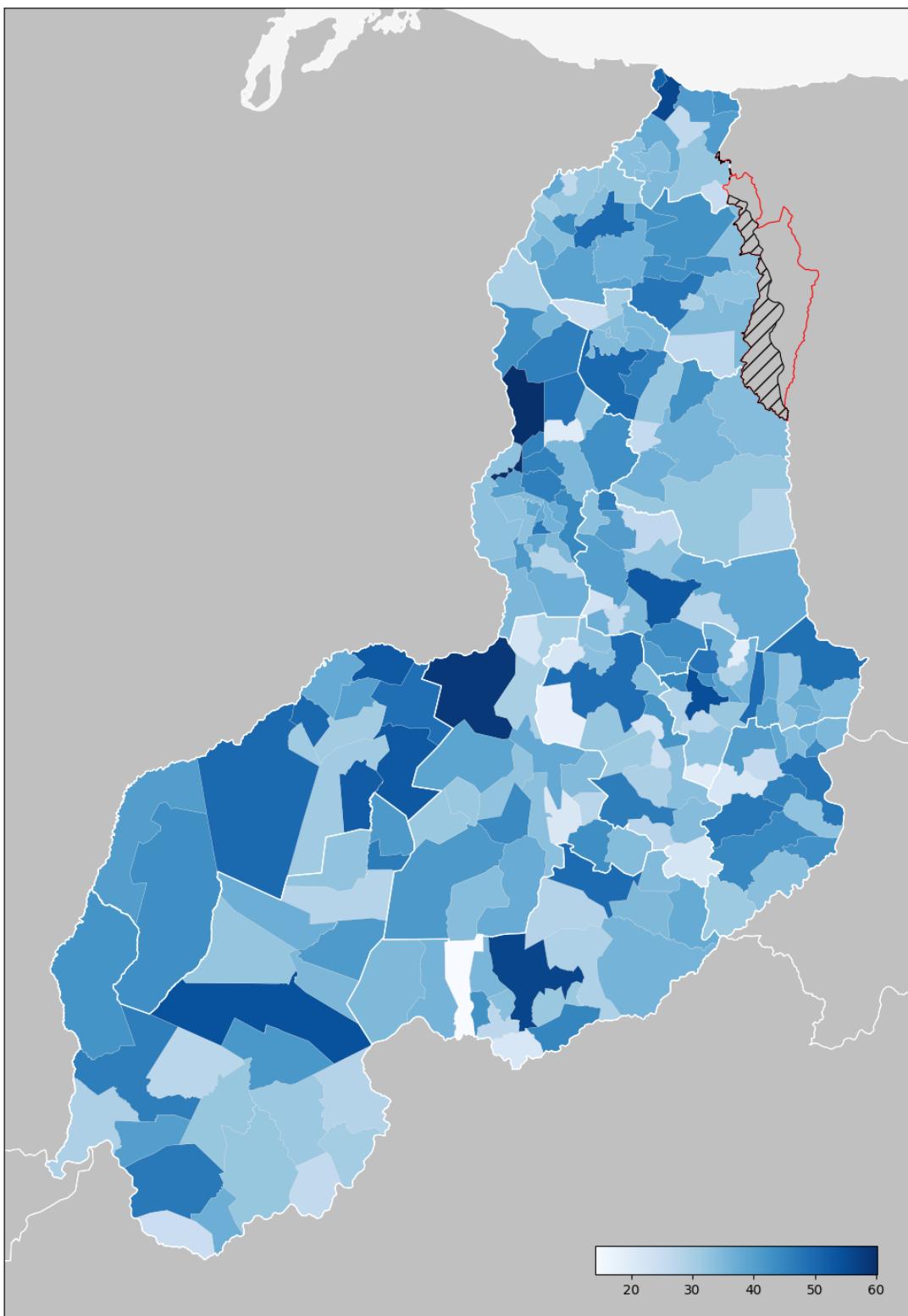
O Piauí registrou apenas 12 municípios com mais de 50% da população inserida no mercado de trabalho. A capital Teresina tem a maior proporção, de 60,07%, seguido por Floriano (58,57%) e São Raimundo Nonato (56,31%). Já Jurema teve a menor proporção de pessoas no mercado de trabalho, 14,13%, atrás de São Francisco do Piauí (18,02%) e São Luís do Piauí (19,17%). Jurema foi o município do país com menor proporção de pessoas no mercado de trabalho de todo o país, atrás de Milagres do Maranhão (MA), com 14,42%, e de Olho d'Água (PB) com 15,78%. Os municípios com maior proporção da população ocupada encontram-se na região sul do Estado (Figura 1).

Tabela 2 – 10 maiores e 10 menores municípios do Piauí por proporção da população inserida no mercado de trabalho (2022)

10 Municípios com maior proporção de pessoas na força de trabalho				
Município	Total	Força de trabalho Ocupada	Desocupada	Fora da força de trabalho
Teresina	60,07	55,67	4,4	39,93
Floriano	58,57	54,16	4,4	41,43
São Raimundo Nonato	56,31	52,11	4,21	43,68
Parnaíba	55,98	52,05	3,93	44,02
Picos	54,74	51,29	3,45	45,27
Bom Jesus	54,23	50,61	3,62	45,77
Guadalupe	52,87	50,16	2,71	47,14
Canavieira	52,86	52,24	0,62	47,14
Valença do Piauí	52,8	48,44	4,35	47,2
Bertolínia	52,29	49,3	2,98	47,71
10 Municípios com menor proporção de pessoas na força de trabalho				
Município	Total	Força de trabalho Ocupada	Desocupada	Fora da força de trabalho
Cajazeiras do Piauí	22,04	20,98	1,02	77,96
Patos do Piauí	21,72	19,02	2,7	78,28
Fartura do Piauí	21,4	19,16	2,24	78,6
Socorro do Piauí	21,21	19,54	1,65	78,79
Vera Mendes	19,76	18,56	1,2	80,24
Pau D'Arco do Piauí	19,72	18,24	1,47	80,25
São Luís do Piauí	19,17	17,57	1,6	80,83
São Francisco do Piauí	18,02	16,53	1,51	81,96
Jurema	14,13	13,23	0,9	85,87

Fonte: Censo Demográfico (2022).

Figura 1 – Proporção da população do município inserida na força de trabalho (%) (2022)



Fonte: Censo Demográfico (2022).

Apesar da maioria da população ser feminina tanto no Brasil quanto no Nordeste e no Piauí, a disparidade de gênero na inserção da população no mercado de trabalho está presente nas três esferas analisadas. Todavia, a disparidade regional é maior que a nacional, e a estadual maior que ambas. No Brasil, a diferença é de 6,37 p.p. entre homens e mulheres, no Nordeste, de 6,92 p.p. e, no Piauí, de 7,11 p.p. (Tabela 3). Há uma disparidade de gênero também no nível de desocupação, pois a proporção da população constituída por mulheres desocupadas é maior que a de homens. O Piauí apresenta uma diferença de 0,27 p.p., menor que a diferença nacional (0,46 p.p.) e regional (0,50p.p.) (Tabela 3).

Tabela 3 – Proporção da população por condição em relação à força de trabalho e condição de ocupação segundo o sexo – Brasil, Nordeste e Piauí

UF	Força de trabalho						Fora da força de trabalho	
	Total		Ocupada		Desocupada		Homem	Mulher
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Brasil	31,56	25,19	30,18	23,35	1,38	1,84	16,4	26,85
Nordeste	28,17	21,25	26,48	19,06	1,69	2,19	19,52	31,05
Piauí	26,84	19,73	25,18	17,79	1,66	1,93	21,6	31,83

Fonte: Censo Demográfico (2022).

No que tange à faixa etária, a maior parte da população inserida na força de trabalho encontrava-se entre 25 a 64 anos. Em âmbito nacional, 45,98% da população na força de trabalho estava nesta faixa etária; no Nordeste, 40,01%, e no Piauí, 37,67%. A população de 18 a 24 anos tem a segunda maior participação no mercado de trabalho, sendo 7,71% no Brasil, 7,04% no Nordeste e 6,53% no Piauí. Devido à maior inserção dessas faixas etárias no mercado de trabalho, elas também registraram os maiores percentuais de desocupação.

Tabela 3 – Proporção da população por condição em relação à força de trabalho e condição de ocupação segundo o sexo – Brasil, Nordeste e Piauí

UF	Faixa Etária	Força de trabalho			Fora da força de trabalho
		Total	Ocupada	Desocupada	
Brasil	14 a 17 anos	1,00	0,76	0,23	5,86
	18 a 24 anos	7,71	6,82	0,89	5,09
	25 a 64 anos	45,98	43,94	2,04	20,93
	65 anos ou mais	2,06	2,01	0,05	11,38
Nordeste	14 a 17 anos	0,83	0,61	0,21	6,88
	18 a 24 anos	7,04	5,91	1,13	6,64
	25 a 64 anos	40,01	37,52	2,49	25,99
	65 anos ou mais	1,54	1,50	0,04	11,07
Piauí	14 a 17 anos	0,78	0,59	0,19	7,03
	18 a 24 anos	6,53	5,47	1,06	7,11
	25 a 64 anos	37,67	35,37	2,30	27,66
	65 anos ou mais	1,59	1,54	0,05	11,63

Fonte: Censo Demográfico (2022).

No que se refere à cor ou raça, no Brasil, a maior parte da população na força de trabalho se identifica como branca (25,22%), seguida por pessoas na força de trabalho que se identificam como pardas (24,52%) e depois por pessoas pardas fora da força de trabalho (20,00%). A diferença entre a população branca e parda na força de trabalho em nível nacional é de 0,70 p.p., um forte contraste com o nível regional e estadual.

No Nordeste, a proporção de pessoas que se identificavam como pardas e estavam na força de trabalho era de 28,51%, enquanto brancas eram de 12,98%, uma diferença de 15,53 p.p. No Piauí, a proporção de pardos na força de trabalho era de 29,27%, e brancos constituíam 10,49%, uma diferença de 18,78 p.p. (Tabela 5). Observa-se também que a maioria da população do Nordeste é constituída por pardos fora da força de trabalho, 30,52%, e de forma similar no Piauí, com 35,16%.

Tabela 5 – Proporção da população por condição em relação à força de trabalho e condição de ocupação segundo o sexo – Brasil, Nordeste e Piauí

UF	Cor ou raça	Total	Força de trabalho		Fora da força de trabalho
			Ocupada	Desocupada	
Brasil	Branca	25,22	24,08	1,14	18,31
	Preta	6,52	6,08	0,43	4,43
	Amarela	0,26	0,25	0,01	0,20
	Parda	24,52	22,90	1,62	20,00
	Indígena	0,22	0,20	0,01	0,30
Nordeste	Branca	12,98	12,09	0,89	13,12
	Preta	7,60	6,97	0,63	6,54
	Amarela	0,07	0,07	0,01	0,06
	Parda	28,51	26,18	2,34	30,52
	Indígena	0,26	0,24	0,02	0,32
Piauí	Branca	10,49	9,81	0,68	11,43
	Preta	6,68	6,16	0,51	6,69
	Amarela	0,05	0,05	0,00	0,05
	Parda	29,27	26,89	2,38	35,16
	Indígena	0,07	0,07	0,00	0,11

Fonte: Censo Demográfico (2022).

De acordo com o nível de instrução, em âmbito nacional, a maior parte da população tinha Ensino Médio completo ou Superior incompleto e se encontrava inserida no mercado de trabalho (22,83%), seguido por pessoas Sem Instrução ou Fundamental incompleto fora da força de trabalho (20,26%) e na força de trabalho (12,46%). Em nível regional, a maioria da população nordestina eram pessoas Sem Instrução ou com Fundamental incompleto fora da força de trabalho (26,19%), seguido por pessoas com Ensino Médio completo ou Superior incompleto na força de trabalho (19,40%), e por pessoas Sem Instrução ou Fundamental incompleto na força de trabalho (13,87%). No Piauí, de forma similar à regional, a maioria da população era formada por pessoas Sem Instrução ou Fundamental incompleto (30,55%), seguida por Médio completo ou Superior incompleto (16,41%) e por pessoas Sem Instrução ou Fundamental incompleto na força de trabalho (13,72%).

Assim, observa-se que no Nordeste e no Piauí mais de um quarto da população eram pessoas Sem Instrução ou Ensino Fundamental incompleto fora da força de trabalho, um contraste com o nível nacional. Além disso, observa-se também uma maior disparidade nas porcentagens de pessoas Sem Instrução ou Fundamental incompleto com as porcentagens de

pessoas com Superior completo no mercado de trabalho. Em âmbito nacional, a diferença é de 0,13 p.p., já no Nordeste, a diferença é de 5,42p.p., e no Piauí, de 4,61 p.p. (Tabela 6).

Tabela 6 – Proporção da população por condição em relação à força de trabalho e condição de ocupação segundo o sexo – Brasil, Nordeste e Piauí

UF	Nível de Instrução	Força de trabalho	Força de trabalho - ocupada	Força de trabalho - desocupada	Fora da força de trabalho
Brasil	Sem Instrução e Fundamental incompleto	12,46	11,76	0,70	20,26
	Fundamental completo e Médio incompleto	9,13	8,40	0,73	8,98
	Médio completo e Superior incompleto	22,83	21,38	1,44	10,74
	Superior completo	12,33	11,99	0,34	3,27
Nordeste	Sem Instrução e Fundamental incompleto	13,87	12,86	1,01	26,91
	Fundamental completo e Médio incompleto	7,70	6,89	0,81	9,85
	Médio completo e Superior incompleto	19,40	17,65	1,74	11,45
	Superior completo	8,45	8,14	0,32	2,36
Piauí	Sem Instrução e Fundamental incompleto	13,72	12,69	1,03	30,55
	Fundamental completo e Médio incompleto	7,32	6,60	0,72	9,95
	Médio completo e Superior incompleto	16,41	14,92	1,49	10,49
	Superior completo	9,11	8,77	0,34	2,44

Fonte: Censo Demográfico (2022).

Entre as pessoas que estavam ocupadas na semana de referência, a maior parte da população se encontrava empregada no setor privado, exclusive trabalhadores domésticos, tanto para o Brasil (51,66%) quanto para o Nordeste (45,50%) e para o Piauí (40,88%). Observa-se que a proporção de empregos nessa posição de ocupação em nível estadual é menor em relação ao nível regional e nacional. Em comparação com essas três esferas federais, o Piauí destaca-se com uma maior proporção de pessoas empregadas por conta própria e sem empregados, 29,42%, uma diferença de 0,23 p.p. a mais que o Nordeste (29,19%) e 2,76 p.p. a mais que o Brasil (26,66%). O Estado tem uma proporção de 18,91% empregados no setor público, 3,01 p.p. a mais que o Nordeste e 6,32 p.p. a mais que o Brasil. Por fim, o Estado também tem uma maior proporção que o nível estadual e nacional no número de trabalhadores domésticos e de familiar auxiliar (Tabela 7).

Tabela 3 – Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência por categoria do emprego no trabalho principal – Brasil, Nordeste e Piauí

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Brasil	Nordeste	Piauí
Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico	51,66	45,50	40,88
Trabalhador doméstico	3,83	4,56	5,78
Militar do exército, da marinha, da aeronáutica, da polícia militar ou do corpo de bombeiros militar	0,59	0,54	0,46
Empregado no setor público	12,59	15,90	18,91
Empregado de empresas estatais	0,52	0,44	0,38
Empregador (com pelo menos um empregado)	3,28	2,57	2,52
Conta própria (sem empregados)	26,66	29,19	29,42
Trabalhador familiar auxiliar	0,86	1,30	1,65

Fonte: Censo Demográfico (2022).

Entre os ocupados, a seção de atividade que mais concentrava trabalhadores é Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas, tanto no nível nacional quanto regional e estadual. O Piauí destaca-se nessa categoria entre essas três esferas, com 18,36% da população do Estado ocupado nessa categoria, 0,93 p.p. acima do Nordeste (17,43%) e 1,28 p.p. acima do nacional (17,43%). A segunda maior participação estadual é no setor de Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, com 10,90%, acima do nível nacional (7,50%), porém menor que a regional (11,43%). E o terceiro maior é Construção com 10,35%, uma proporção maior que a nacional (7,84%) e regional (8,67%). Em âmbito nacional, a seção que emprega a segunda maior proporção é a Indústria de transformação, com 10,17%, 2,69 p.p. acima do Nordeste (7,48%) e 4,85 p.p. acima do Piauí (5,30%).

Tabela 8 – Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência por seção de atividade do trabalho principal – Brasil, Nordeste e Piauí

Seção de atividade do trabalho principal	Brasil	Nordeste	Piauí
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	7,50	11,43	10,90
Indústrias extractivas	0,38	0,30	0,22
Indústrias de transformação	10,17	7,48	5,30
Eletricidade e gás	0,24	0,28	0,38
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	0,80	0,95	0,77
Construção	7,84	8,67	10,35
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	17,08	17,43	18,36
Transporte, armazenagem e correio	6,01	5,38	4,51
Alojamento e alimentação	4,33	4,56	4,39
Informação e comunicação	1,72	1,17	1,04
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	1,28	0,78	0,72
Atividades imobiliárias	0,54	0,32	0,25
Atividades profissionais, científicas e técnicas	3,92	2,73	2,65
Atividades administrativas e serviços complementares	5,20	4,94	4,89
Administração pública, defesa e segurança social	4,63	4,95	5,45
Educação	6,60	7,49	8,61
Saúde humana e serviços sociais	6,08	6,08	6,41
Artes, cultura, esporte e recreação	0,97	0,94	0,87
Outras atividades de serviços	3,78	3,75	3,56
Serviços domésticos	4,24	4,98	6,30
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0,00	0,00	-
Atividades mal especificadas	6,69	5,40	4,08

Fonte: Censo Demográfico (2022).

3 RENDIMENTO

A Tabela 9 mostra que, entre 2000 e 2022, os dados do Censo revelam uma melhoria expressiva nas condições de renda no Brasil, no Nordeste e, em especial, no Piauí. O rendimento médio das pessoas com 10 anos ou mais passou de R\$ 686,40 para R\$ 2.848,64 no país, o que representa um crescimento superior a 300%.

No Nordeste, a elevação também foi significativa, de R\$ 453,78, em 2000, para R\$ 2.012,97 em 2022, mostrando uma tendência de convergência regional, embora o valor médio ainda permaneça abaixo da média nacional.

O Piauí se destacou com o maior avanço relativo, passando de R\$ 344,74 para R\$ 1.903,63 no período, um aumento superior a 450%, refletindo melhora consistente nas condições de renda da população piauiense.

Apesar do progresso, observa-se que os homens continuam apresentando rendimentos superiores aos das mulheres em todos os recortes, embora essa diferença venha diminuindo gradualmente.

Tabela 9 – Rendimento médio das pessoas com 10 anos ou mais de idade, por sexo – Brasil, Nordeste e Piauí (2000, 2010, 2022)

	2000			2010			2022		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Brasil	686,40	779,33	533,04	1.340,48	1.586,58	1.074,05	2.848,64	3.112,90	2.504,67
Nordeste	-	453,78	349,82	880,59	1.052,96	715,51	2.012,97	2.101,85	1.888,36
Piauí	344,74	368,37	300,34	797,81	940,08	668,87	1.903,63	1.978,13	1.797,13

Fonte: Censo Demográfico (2022).

Nota: Pessoas com 10 anos ou mais.

Quando se observa a desigualdade de renda medida pelo índice de Gini, pela Tabela 10 nota-se uma trajetória de redução contínua nas últimas duas décadas. No Brasil, o índice caiu de 0,602 em 2000 para 0,502 em 2022; no Nordeste, de 0,617 para 0,517; e no Piauí, de 0,629 para 0,518. Esse movimento indica que, embora a desigualdade ainda seja elevada, houve avanços consideráveis rumo a uma distribuição mais equilibrada da renda, especialmente no Piauí, que reduziu o seu Gini em 0,111 ponto (-17,65%) no período.

Tabela 10 – Índice de Geni da renda das pessoas com 10 anos ou mais – Brasil, Nordeste e Piauí (2000, 2010 e 2022)

Gini	2000	2010	2022	Var.
Brasil	0,602	0,536	0,502	16,61
Nordeste	0,617	0,557	0,517	16,21
Piauí	0,629	0,569	0,518	7,65

Fonte: Censo Demográfico (2022).

A Tabela 11 faz a comparação entre municípios e evidencia fortes disparidades internas. Os maiores rendimentos médios estão em centros urbanos e municípios com forte dinamismo econômico, como Teresina (R\$ 2.619,55), Bom Jesus (R\$ 2.221,55) e Uruçuí (R\$ 2.066,88), enquanto os menores concentram-se em localidades menores e rurais, como

Caraúbas do Piauí (R\$ 787,51) e São João do Arraial (R\$ 819,61). Esse contraste reforça o desafio da interiorização do desenvolvimento e da redução das desigualdades territoriais no Estado.

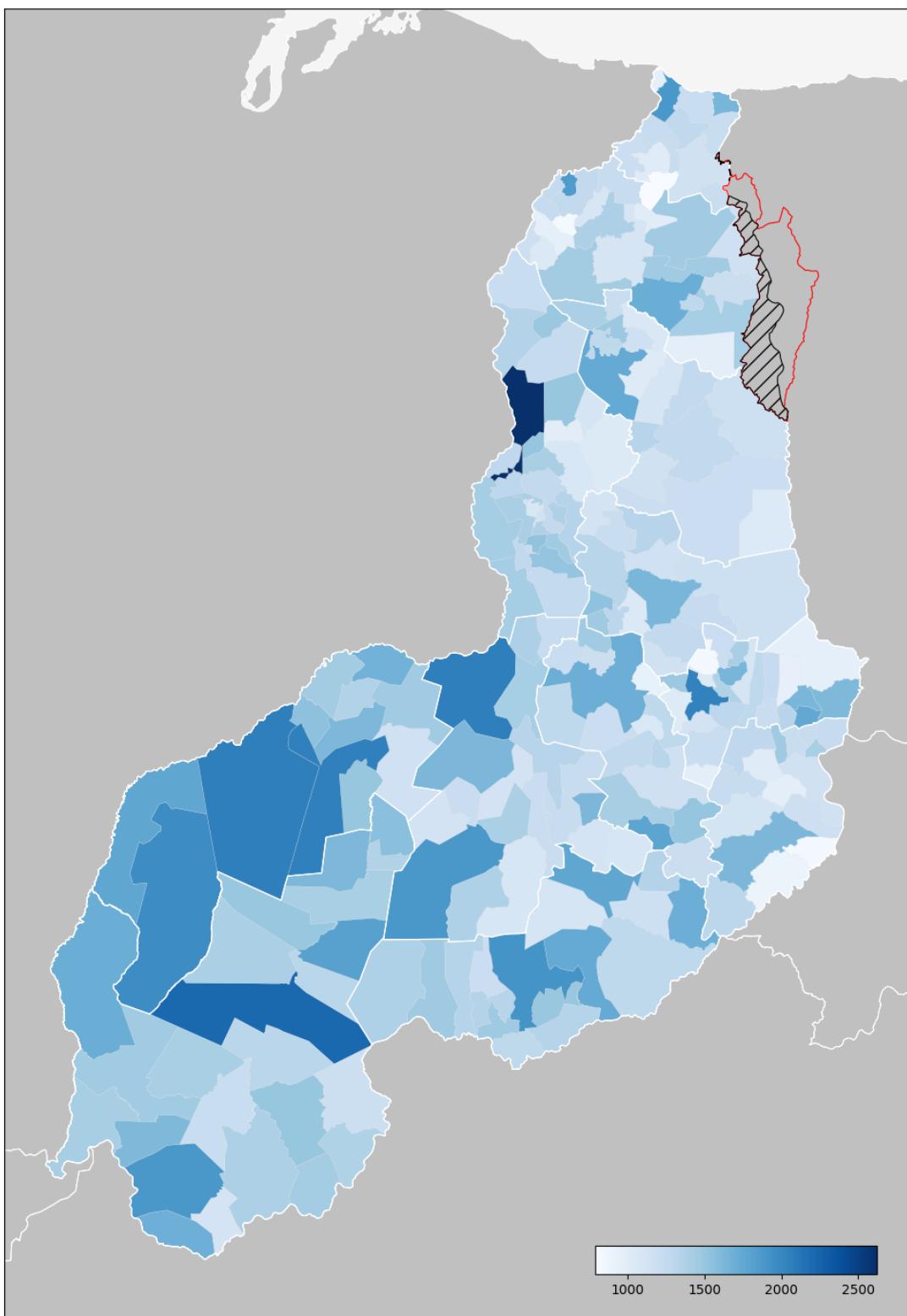
Tabela 11 – 10 maiores e 10 menores municípios do Piauí por rendimento do trabalho (2022)

Município 10+	Total	Homens	Mulheres
Teresina	2.619,55	2.875,40	2.315,74
Bom Jesus	2.221,55	2.413,65	1.950,86
Uruçuí	2.066,88	2.287,64	1.731,92
Floriano	2.064,35	2.177,56	1.922,35
Sebastião Leal	2.056,50	2.193,94	1.714,51
Picos	2.045,41	2.264,42	1.743,05
Baixa Grande do Ribeiro	1.961,26	2.180,80	1.571,62
São Raimundo Nonato	1.911,25	2.039,50	1.739,09
Corrente	1.889,05	1.924,51	1.832,80
Parnaíba	1.884,96	2.055,94	1.649,34
Município 10-	Total	Homens	Mulheres
Caraúbas do Piauí	787,51	669,51	1.148,36
São João do Arraial	819,61	773,62	912,36
Betânia do Piauí	828,06	773,70	939,30
São José do Piauí	832,66	837,64	825,19
Acauã	896,85	901,18	885,68
São João da Varjota	931,23	831,47	1.132,83
Alagoinha do Piauí	941,18	889,93	1.017,32
Ilha Grande	957,70	904,56	1.046,84
Campo Largo do Piauí	959,41	977,44	921,51
Pio IX	960,65	948,21	978,19

Fonte: Censo Demográfico (2022).

Nota: Pessoas com 10 anos ou mais.

FIGURA 2 – Rendimento médio da população com 14 anos ou mais do município (R\$) (2022)



Fonte: Censo Demográfico (2022).

Nota: Pessoas com 10 anos ou mais.

Os dados desagregados por faixa etária da Tabela 12 mostram que o rendimento médio aumenta com a idade e o tempo de inserção no mercado de trabalho. Em 2022, entre pessoas de 14 a 17 anos, o rendimento médio no Piauí foi de R\$ 511,03, enquanto entre as pessoas de 25 a 64 anos chegou a R\$ 2.024,14 e, entre as de 65 anos ou mais, atingiu R\$ 2.570,53. Esse comportamento é semelhante ao observado no Nordeste e no Brasil, refletindo a correlação entre experiência, escolaridade e rendimento.

Tabela 12 – Rendimento médio das pessoas com 10 anos ou mais de idade, por faixa etária e sexo: Brasil, Nordeste e Piauí (2022)

	Brasil			Nordeste			Piauí		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
10 a 13 anos	855,02	818,66	906,68	529,98	503,58	573,09	398,97	398,73	399,24
14 a 17 anos	839,97	875,93	785,25	545,35	563,60	511,32	511,03	542,09	449,31
18 a 24 anos	1.564,07	1.630,36	1.476,45	1.130,35	1.166,65	1.076,43	1.069,86	1.098,99	1.024,25
25 a 64 anos	3.039,62	3.326,96	2.672,58	2.141,80	2.239,7	2.007,84	2.024,14	2.104,86	1.912,28
65 anos ou mais	3.797,26	4.291,79	2.909,91	2.830,74	3.013,19	2.485,86	2.570,53	2.789,15	2.138,63

Fonte: Censo Demográfico (2022).

Nota: Pessoas com 10 anos ou mais.

A diferença de gênero é clara: em todas as faixas etárias, os homens recebem mais. Nas faixas etárias de 25-64 anos, por exemplo, o rendimento masculino (R\$ 3.326,96) supera o feminino (R\$ 2.672,58) em 24%. Mesmo na maior faixa, essa diferença persiste, R\$ 4.291,79 para homens contra R\$ 2.909,91 para mulheres, indicando desigualdade tanto no mercado de trabalho quanto nas aposentadorias e benefícios.

No Nordeste, o perfil é semelhante, mas os rendimentos são sistematicamente menores que a média nacional. A diferença relativa é um pouco menor que no Brasil, mas ainda expressiva, indicando que, mesmo com avanços, as mulheres continuam em posição de desvantagem salarial. Entre os jovens de 18 a 24 anos, essa distância é reduzida (R\$ 1.166,65 para homens e R\$ 1.076,43 para mulheres), o que pode refletir tanto a entrada mais equilibrada no mercado formal quanto a concentração de mulheres em atividades de menor remuneração, mas de ingresso precoce.

No Piauí, a trajetória é de rendas mais baixas, porém com padrão de evolução semelhante ao nacional. Entre 14 e 17 anos, o rendimento médio é de R\$ 511,03, sendo R\$ 542,09 para homens e R\$ 449,31 para mulheres. A diferença de gênero, portanto, já se

manifesta desde as idades iniciais de inserção laboral. Na faixa de 18 a 24 anos, o rendimento médio total é de R\$ 1.069,86, novamente superior para homens (R\$ 1.098,99) do que para mulheres (R\$ 1.024,25).

O pico ocorre entre 25 e 64 anos, com média de R\$ 2.024,14, sendo R\$ 2.104,86 para homens e R\$ 1.912,28 para mulheres, diferença de 10%. No grupo de 65 anos ou mais, a desigualdade se amplia: homens recebem R\$ 2.789,15, enquanto as mulheres recebem R\$ 2.138,63, diferença próxima de 30%, provavelmente associada à diferença de tempo de contribuição e tipos de ocupação predominantes ao longo da vida.

A Tabela 13 mostra a análise por cor ou raça e revela diferenças persistentes, ainda que em trajetória de redução. No Brasil, o rendimento médio mais elevado é o das pessoas que se declaram amarelas, com R\$ 5.941,50, seguido pelas brancas (R\$ 3.658,88). Em contrapartida, os grupos pretos (R\$ 2.061,08) e pardos (R\$ 2.186,26) apresentam rendimentos bem inferiores, enquanto os indígenas registram média de R\$ 1.683,37, a menor entre as categorias.

Tabela 13 – Rendimento médio das pessoas com 10 anos ou mais de idade, por cor ou raça e sexo: Brasil, Nordeste e Piauí (2022)

Cor/raça	Brasil			Nordeste			Piauí		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Branca	3.656,73	4.095,50	3.133,43	2.746,37	2.893,91	2.558,92	2.606,90	2.787,04	2.374,21
Preta	2.059,98	2.216,08	1.833,09	1.617,36	1.703,63	1.482,59	1.563,65	1.608,67	1.486,97
Amarela	5.938,29	6.589,03	5.177,54	3.092,96	3.947,06	2.227,72	2.330,47	2.530,05	2.108,48
Parda	2.184,51	2.365,59	1.933,38	1.781,31	1.865,12	1.661,74	1.724,79	1.785,32	1.638,40
Indígena	1.678,56	1.720,13	1.615,16	1.468,87	1.466,60	1.472,28	1.652,76	1.875,14	1.356,74

Fonte: Censo Demográfico (2022).

Nota: Pessoas com 10 anos ou mais.

As diferenças entre homens e mulheres são expressivas: no grupo dos brancos, os homens recebem R\$ 4.098,20 e as mulheres R\$ 3.134,95, uma diferença de 24%. No grupo dos pardos, a defasagem é de 18%, e entre os pretos, de 17%. Mesmo nos grupos com

rendimentos mais altos (como amarelos), o padrão se repete: homens com R\$ 6.591,78 e mulheres com R\$ 5.181,03.

No Nordeste, as diferenças raciais também são marcantes, mas com rendimentos médios inferiores aos do país. O rendimento das pessoas brancas é de R\$ 2.748,57, enquanto o das pardas é de R\$ 1.782,79 e o das pretas, R\$ 1.618,54. Os indígenas apresentam média de R\$ 1.471,80.

A desigualdade de gênero persiste em todos os grupos, sendo mais acentuada entre os brancos, homens ganham R\$ 2.896,50 contra R\$ 2.560,67 para mulheres, e também entre os amarelos (R\$ 3.951,66 para homens e R\$ 2.230,33 para mulheres). Nos grupos pardo e preto, a diferença é ligeiramente menor, mas ainda relevante: no caso dos pardos, a renda masculina é cerca de 12% superior à feminina, e entre os pretos, 15%.

No Piauí, observa-se um padrão semelhante, mas com nuances que merecem destaque. As pessoas brancas têm o maior rendimento médio (R\$ 2.609,05), seguidas pelas amarelas (R\$ 2.330,47), pardas (R\$ 1.726,26) e pretas (R\$ 1.564,41). Os indígenas apresentam média de R\$ 1.652,76, muito próxima à dos pretos, o que revela menor heterogeneidade entre os grupos de menor renda.

A diferença de gênero, contudo, é evidente: homens brancos ganham R\$ 2.789,07 contra R\$ 2.376,45 das mulheres brancas (diferença de 15%). No grupo dos pardos, os homens recebem R\$ 1.786,66 contra R\$ 1.640,02 das mulheres (9% de diferença). Já no caso dos pretos, R\$ 1.609,54 para homens e R\$ 1.487,53 para mulheres (diferença de 8%). Entre os indígenas, nota-se um contraste ainda mais expressivo: homens recebem R\$ 1.875,14, enquanto as mulheres recebem R\$ 1.356,74, uma diferença superior a 25%.

A Tabela 14 confirma o forte impacto da escolaridade sobre a renda, ao mesmo tempo em que evidencia a persistência de desigualdades de gênero em todos os níveis de ensino e em todas as regiões. No Brasil, observa-se uma elevação progressiva dos rendimentos conforme aumenta o grau de escolaridade. As pessoas Sem Instrução ou com Ensino Fundamental incompleto têm renda média de R\$ 1.593,63, enquanto aquelas com Ensino Superior completo recebem R\$ 5.795,65, quase quatro vezes mais.

Em relação aos homens, o rendimento cresce de R\$ 1.733,72 para R\$ 7.347,12 à medida que avança o nível educacional; entre as mulheres, o salto é de R\$ 1.292,56 para R\$ 4.591,39. Mesmo com maior escolaridade, as mulheres continuam ganhando menos: uma mulher com Ensino Superior completo recebe, em média, 62% da renda de um homem com

o mesmo nível de instrução, revelando a permanência da desigualdade de gênero no topo da distribuição de renda.

No Nordeste, o padrão é semelhante, mas com níveis absolutos mais baixos. O rendimento médio passa de R\$ 1.059,71 entre pessoas Sem Instrução ou com Ensino Fundamental incompleto para R\$ 4.764,28 entre aquelas com Ensino Superior completo.

A diferença entre homens e mulheres é marcante: homens com Ensino Superior ganham R\$ 6.187,32, enquanto mulheres com o mesmo nível educacional recebem R\$ 3.819,04, diferença de 38%. Nos níveis intermediários, a desigualdade também é evidente: no grupo com Ensino Médio completo e Superior incompleto, os homens ganham R\$ 1.970,87 e as mulheres R\$ 1.406,47. Essa tendência sugere que, embora a educação amplie a renda de ambos os sexos, os ganhos não são proporcionais, sendo sistematicamente maiores para os homens.

Tabela 14 – Rendimento médio das pessoas com 14 anos ou mais de idade, por nível de instrução e sexo: Brasil, Nordeste e Piauí (2022)

	Brasil			Nordeste			Piauí		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Sem Instrução e									
Fundamental incompleto	1.593,63	1.733,72	1.292,56	1.059,71	1.128,51	879,72	1.011,57	1.089,76	786,46
Fundamental completo e									
Médio incompleto	1.796,24	2.009,15	1.436,91	1.274,45	1.401,09	1.046,17	1.260,68	1.402,57	979,39
Médio completo e									
Superior incompleto	2.291,45	2.651,69	1.851,79	1.714,27	1.970,87	1.406,47	1.590,47	1.830,57	1.305,02
Superior completo									
	5.795,65	7.347,12	4.591,39	4.764,28	6.187,32	3.819,04	4.178,03	5.447,21	3.363,67
Total	2.850,64	3.115,29	2.506,20	2.014,62	2.103,74	1.889,70	1.905,15	1.979,56	1.798,76

Fonte: Censo Demográfico (2022).

Nota: Pessoas com 10 anos ou mais.

A análise dos rendimentos por posição na ocupação e sexo revela um quadro de fortes desigualdades de renda no Brasil, no Nordeste e no Piauí, tanto entre os diferentes grupos ocupacionais quanto entre homens e mulheres dentro de cada categoria, conforme Tabela 15.

No Brasil, o rendimento médio total é de R\$ 2.850,64, mas há grande variação conforme o tipo de vínculo de trabalho. Os empregadores, com pelo menos um empregado, têm o maior rendimento médio (R\$ 8.883,44), seguidos pelos militares (R\$ 5.716,46) e pelos

empregados do setor público (R\$ 4.131,96). Na base da pirâmide, encontram-se os trabalhadores domésticos, com R\$ 1.050,69, e os conta própria, com R\$ 2.541,17.

A diferença de gênero é persistente em todas as categorias: homens recebem, em média, R\$ 3.115,29, e mulheres, R\$ 2.506,20. No grupo dos empregadores, os homens têm rendimento de R\$ 9.583,61 contra R\$ 7.419,91 das mulheres, uma diferença de 23%. Já no setor privado, as remunerações são mais homogêneas, com uma diferença de 13%.

No Nordeste, o rendimento médio total é de R\$ 2.014,62, sendo R\$ 2.103,74 para homens e R\$ 1.889,70 para mulheres. Os empregadores continuam sendo o grupo com maior renda (R\$ 7.292,44), seguidos pelos militares (R\$ 5.128,26) e pelos empregados públicos (R\$ 3.377,33). Entre os trabalhadores domésticos, a média é de apenas R\$ 740,38, valor 86% menor que o de um empregado público.

A desigualdade de gênero é persistente: homens empregadores recebem R\$ 7.611,48, enquanto as mulheres ganham R\$ 6.633,26, diferença de 13%. No setor público, os homens recebem R\$ 3.809,75, contra R\$ 3.059,32 das mulheres (diferença de 20%). Mesmo nas ocupações de menor rendimento, como o trabalho doméstico, a diferença permanece: os homens ganham R\$ 854,40 e as mulheres R\$ 735,34.

Tabela 14 – Rendimento médio das pessoas com 14 anos ou mais de idade, por nível de instrução e sexo: Brasil, Nordeste e Piauí (2022)

	Brasil			Nordeste			Piauí		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Empregado no setor privado	2.406,45	2.544,30	2.201,63	1.644,66	1.667,15	1.604,45	1.487,31	1.483,80	1.494,51
Trabalhador doméstico	1.050,69	1.161,83	1.045,34	740,38	854,40	735,34	674,27	724,90	670,73
Militares	5.716,46	5.652,69	6.342,02	5.128,26	5.086,41	5.566,22	4.504,20	4.537,96	4.074,27
Empregado no setor público	4.131,96	4.783,88	3.690,38	3.377,33	3.809,75	3.059,32	3.401,73	3.914,08	3.017,08
Empregado de empresas estatais	3.643,57	3.904,16	3.236,27	2.916,17	3.014,94	2.741,33	2.469,40	2.562,35	2.285,97
Empregador (com pelo menos 1 empregado)	8.883,44	9.583,61	7.419,91	7.292,44	7.611,48	6.633,26	6.144,40	6.603,10	5.161,83
Conta própria (sem empregados)	2.541,17	2.729,84	2.217,98	1.511,34	1.588,67	1.367,77	1.350,78	1.425,13	1.205,14
Total	2.850,64	3.115,29	2.506,20	2.014,62	2.103,74	1.889,70	1.905,15	1.979,56	1.798,76

Fonte: Censo Demográfico (2022).

Nota: Pessoas com 10 anos ou mais.

No Piauí, as diferenças seguem a mesma lógica, mas com uma particularidade relevante: a diferença de gênero tende a ser ligeiramente menor nas ocupações de menor renda (domésticas e conta própria) e maior nas ocupações formais e qualificadas (setor

público e empregadores). Isso sugere que, mesmo quando as mulheres conseguem alcançar posições de maior status econômico, persistem barreiras salariais associadas à discriminação e à segregação ocupacional.

O rendimento total é de R\$ 1.905,15, sendo R\$ 1.979,56 para homens e R\$ 1.798,76 para mulheres. O grupo dos empregadores apresenta o maior rendimento (R\$ 6.144,40), com média de R\$ 6.603,10 para homens e R\$ 5.161,83 para mulheres, uma diferença de 22%.

Os empregados do setor público têm rendimento médio de R\$ 3.401,73, sendo R\$ 3.914,08 para homens e R\$ 3.017,08 para mulheres, uma diferença de 23%, o que demonstra que a desigualdade de gênero persists mesmo em cargos públicos, tradicionalmente associados a maior estabilidade e estrutura salarial. Os militares apresentam alta remuneração média (R\$ 4.504,20), com pequena diferença entre gêneros (R\$ 4.537,96 para homens e R\$ 4.074,27 para mulheres).

Por outro lado, as ocupações com menores rendimentos concentram trabalhadores informais e de baixa proteção social. Os trabalhadores domésticos recebem, em média, R\$ 674,27, e os conta própria, R\$ 1.350,78, valores significativamente inferiores à média estadual. No trabalho doméstico, as mulheres ganham R\$ 670,73, praticamente o mesmo que os homens (R\$ 724,90), mas representam a grande maioria da ocupação, o que reforça o peso da informalidade e da precarização sobre a renda feminina.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados do Censo 2022 demonstra que o Piauí apresenta um cenário de avanços moderados no mercado de trabalho e de expressiva melhora nas condições de renda, embora ainda enfrente gargalos estruturais que limitam o crescimento inclusivo.

A baixa taxa de participação na força de trabalho, associada à concentração do emprego formal em poucos polos urbanos, revela a necessidade de políticas de interiorização e diversificação produtiva.

As desigualdades de gênero continuam a exercer papel determinante na segmentação do mercado de trabalho e na distribuição de renda. Apesar da melhora no índice de Gini e do crescimento dos rendimentos médios, os ganhos não se distribuem de forma equitativa entre os grupos sociais e regiões do Estado.

Assim, o fortalecimento da educação, da formalização do trabalho, da inclusão produtiva e da equidade de gênero e raça deve ser prioridade para o avanço sustentável e a consolidação de um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo no Piauí.

REFERÊNCIAS

IBGE. **Censo demográfico 2022. Dados nacionais.** Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil, 2025.